



AGRONEGÓCIO E PNAE EM RONDONÓPOLIS/MT: REFLEXÕES TEÓRICAS A PARTIR DA GEOGRAFIA DOS ALIMENTOS

William Ferreira Alves ¹
Marcelo Cervo Chelotti ²

RESUMO

Este trabalho discorre sobre as tensões entre o agronegócio e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), analisando como o modelo agroexportador, baseado em commodities como a soja, impacta a segurança alimentar e a cultura local. A pesquisa parte do referencial teórico da Geografia dos Alimentos, com base em autores como Max Sorre, Josué de Castro e Ruy Moreira, que compreendem a alimentação como uma relação metabólica entre sociedade, cultura e natureza, expressa em “regimes alimentares”. Em Mato Grosso, a produção intensiva para exportação contrasta com as diretrizes do PNAE, que prevê o uso de alimentos da Agricultura Familiar e o respeito aos hábitos alimentares regionais. Dados mostram que a maioria dos municípios mato-grossenses não atinge o mínimo de 30% de compras da agricultura familiar, refletindo a dificuldade de conciliar o modelo hegemônico do agronegócio com políticas de valorização alimentar local. Conclui-se que o PNAE configura um campo de disputa entre a lógica global do capital e a promoção de sistemas alimentares territorialmente enraizados, tensão essa passível de ser decifrada pelo arcabouço teórico da Geografia dos Alimentos.

Palavras-chave: Agronegócio, PNAE, Geografia dos Alimentos, Mato Grosso, Rondonópolis.

ABSTRACT

This paper discusses the tensions between agribusiness and the National School Feeding Program (PNAE), analyzing how the agro-export model, based on commodities such as soybeans, impacts food security and local culture. The research is based on the theoretical framework of Food Geography, based on authors such as Max Sorre, Josué de Castro, and Ruy Moreira, who understand food as a metabolic relationship between society, culture, and nature, expressed in "dietary regimes." In Mato Grosso, intensive production for export contrasts with the PNAE guidelines, which require the use of food from family farming and respect for regional eating habits. Data show that most municipalities in Mato Grosso do not reach the minimum 30% purchase from family farming, reflecting the difficulty of reconciling the hegemonic agribusiness model with policies that promote local food. We conclude that the PNAE (National Food and Agriculture Program) constitutes a battleground between the global logic of capital and the promotion of territorially rooted food systems, a tension that can be deciphered through the theoretical framework of Food Geography.

Keywords: Agribusiness, PNAE, Food Geography, Mato Grosso, Rondonópolis.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Maria – RS, Membro do Núcleo de Estudos em Geografia, Agricultura e Alimentação – NUGAAL/CNPq, Professor de Geografia da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso – SEDUC/MT, alves.william@acad.ufsm.br;

² Professor Orientador Associado do Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Maria - RS, Líder do Núcleo de Estudos em Geografia, Agricultura e Alimentação – NUGAAL/CNPq, marcelo.chelotti@ufsm.br.



INTRODUÇÃO

Para Moreira (2020) a Geografia é o estudo de como o arranjo do espaço reflete e ao mesmo tempo organiza as relações de troca metabólica que o homem e a natureza estabelecem entre si no curso da história. Esse entendimento possui confluências aos estudos de Max Sorre (1984), que estabeleceu as bases para uma Geografia Ecológica, enfatizando a relação dinâmica entre seres humanos e o meio. Conforme Sorre (1984), ao buscar desenvolver estudos geográficos na perspectiva ecológica, faz-se necessário escolher uma noção de ordem fisiológica como ponto de partida. Dessa forma, tomemos como investigação, a alimentação.

Compreender a relação dinâmica entre sociedade e natureza por meio da alimentação é fundamental, pois é no ato de alimentar-se que o ser humano biológico e o ser humano social estão intimamente ligados e mutuamente envolvidos (Contreras e Gracia, 2011).

Essa perspectiva relacional de sociedade, cultura e natureza é presente na visão ecológica da Geografia de Sorre (1984), que ao estudar o ecumênico, investiga a alimentação como parte de um “Regime Alimentar” que não é apenas um conjunto de práticas nutricionais, mas um “sistema de consumos” que reflete a interação entre necessidades biológicas, recursos locais e condicionantes climáticos. Sorre (1984) destaca que cada Regime Alimentar emerge de um complexo agrícola integrado ao meio, onde a seleção humana de plantas e animais adaptados a condições específicas molda paisagens e hábitos. Tal visão dialoga com Vidal de La Blache, que enfatizou os gêneros de vida como expressões moldadas pelo ambiente, mas também pela capacidade humana de reinterpretar o espaço.

Contribuindo com os estudos sobre alimentação, ou a falta dela, Josué de Castro (2024) ao discutir a “Geografia da Fome”, vincula a alimentação às assimetrias geradas pelo capitalismo, onde se observa que a industrialização, e posteriormente o que se configurou como globalização, desestruturaram regimes alimentares tradicionais, substituindo cultivos locais por commodities voltadas ao mercado internacional. Nesse ponto, está presente a perspectiva tríade de homem-espaço-natureza na relação de troca metabólica estudada por Moreira (2020). O que permite enxergar a alimentação como parte dessa tríade, sendo essa uma troca metabólica historicamente situada e mediada pelo espaço. Assim, se o Capitalismo é o motor das desigualdades alimentares apontadas por Castro (2024), é por meio da materialização espacial das técnicas, culturas e políticas que tais desigualdades se territorializam.

Integrando o debate acadêmico sobre o tema, este trabalho é parte de uma investigação de doutorado em andamento que tem como objetivo analisar as tensões entre o agronegócio e a operacionalização do PNAE em Rondonópolis (MT). O foco recai sobre os impactos desse



embate no cumprimento da cota de 30% para a Agricultura Familiar e suas repercussões na cultura alimentar local. Para tanto, no presente texto, são trazidas discussões preliminares sobre a execução do PNAE no estado de Mato Grosso, sustentadas pelo referencial teórico da Geografia dos Alimentos, visando contribuir com investigações futuras nesse campo de estudo.

METODOLOGIA

O trabalho tem caráter bibliográfico, de análise e investigação de textos teóricos da Geografia dos Alimentos, que servirá como suporte para analisar dados futuros. Dessa maneira, o trabalho se apoia em materiais já consolidados historicamente sobre o tema, como livros e artigos acadêmicos. Segundo Gil (2008, p. 50),

“A vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente (Gil, 2008, p. 50)”.

Esse método permite aproximar a análise dos fenômenos em sua complexidade, contribuindo para a identificação de alternativas diante dos desafios contemporâneos. A investigação bibliográfica também viabiliza a exploração de alternativas, já que é essencial para entender fenômenos vinculados a problemas estruturais. Como destacam Lakatos e Marconi (2010), não consiste apenas na repetição de informações previamente discutidas ou escritas sobre determinado assunto, mas permite a análise de um tema sob uma nova perspectiva ou abordagem, resultando em novas conclusões. Assim, o método não apenas revisita conhecimentos existentes, mas abre caminho para novas interpretações.

O TERRITÓRIO EM DISPUTA: AGRONEGÓCIO VS. PNAE

A alimentação escolar, enquanto direito humano garantido pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), enfrenta em Mato Grosso uma contradição: a tensão entre a manutenção da identidade cultural alimentar e a hegemonia de um modelo agroexportador que desestrutura regimes alimentares tradicionais. Sob a ótica teórica de Max Sorre (1984) e Josué de Castro (2024), essa problemática revela-se como um microcosmo da crise metabólica global, em que a lógica capitalista fragmenta as relações entre sociedade, cultura e natureza.

Para Sorre (1984), o "Regime Alimentar" é um sistema complexo que integra necessidades biológicas, recursos naturais e práticas culturais, moldado pela interação humana



com o meio. Em Mato Grosso, a alimentação tradicional, fundamentada em ingredientes como mandioca, milho, pequi e peixes de água doce (Mato Grosso, 2018), exemplificam uma adaptação histórica aos ecossistemas do Cerrado, Amazônia e Pantanal. Contudo, o avanço do agronegócio vem substituindo essa alimentação diversificada por monoculturas voltadas para o mercado internacional.

Demarchi (2020) destaca como o estado de Mato Grosso exemplifica dinâmicas vinculadas à globalização do agronegócio ao investigar a configuração do espaço agrícola em Rondonópolis e a constituição dos chamados “Desertos Verdes”. A autora demonstra o processo de transição ocorrido no meio rural a partir de 1982 no município, marcado pela intensificação da cultura da soja. Demarchi (2020) ressalta que instituições como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural de Mato Grosso (EMATER-MT) e a EMBRAPA direcionaram esforços para o desenvolvimento de pesquisas que aprimorassem a qualidade das sementes do grão, culminando na criação da variedade *Cristalina*, responsável por elevar a produtividade das safras. Como resultado, nota-se que, em 1982, a produção de soja ultrapassou a de arroz no município, reflexo direto da consolidação do agronegócio.

Dados do Ministério da Agricultura e Pecuária mostram que o estado de Mato Grosso foi responsável por cerca de 17% do Valor Bruto da Produção Agropecuária do Brasil, com a soja representando mais da metade dos R\$ 204 bilhões gerados pela agropecuária estadual em 2022 (Brasil, 2023). Além disso, o estado abriga a maior produção de carne bovina do país, com 33,5 milhões de cabeças de gado, correspondendo a 15% do rebanho nacional. No entanto, essa intensa atividade agropecuária contrasta com a distribuição populacional do estado, que tem 3,6 milhões de habitantes, concentrados principalmente nas margens do estado, enquanto o centro é predominantemente agrícola (IBGE, 2022).

Essa dinâmica agropecuária de Mato Grosso pode apresentar implicações ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) no estado. O PNAE está em funcionamento há mais de 60 anos e é a política pública mais antiga em execução no Brasil, focando na segurança alimentar e nutricional dos estudantes da educação básica. A Lei 11.947/2009, que rege atualmente o PNAE, estabelece diretrizes importantes para a alimentação escolar, como a promoção de alimentos variados, seguros e respeitadores das tradições culturais e hábitos alimentares locais, expresso nos artigos 2º e 4º da lei. No artigo 14º, a lei também determina que, no mínimo, 30% dos recursos do PNAE devem ser utilizados na aquisição de alimentos da agricultura familiar, priorizando grupos específicos como assentamentos da reforma agrária e comunidades tradicionais (PNAE, 2009).



Pesquisas iniciais junto ao FNDE (2019) em relação aos 30% da Agricultura Familiar, mostram que o estado de Mato Grosso não chegou a esse mínimo em 77 municípios (56,20% do total) de seus 144 municípios. Desses 77, o número de 31 municípios (22,62% do total) não teve nenhum repasse a Agricultura Familiar. Esses dados contribuem para a problemática, onde se percebe que apesar dos caminhos percorridos pelo PNAE, avanços como a Lei 11.947/2009, não foram suficientes para a inclusão da Agricultura Familiar na alimentação escolar na maioria dos municípios do estado de Mato Grosso.

É importante entendermos como a estrutura agropecuária do estado, com sua forte produção de *commodities* para o agronegócio global, impacta a implementação e os efeitos da Lei 11.947/2009 no contexto do PNAE em Rondonópolis, Mato Grosso. Especificamente para a pesquisa que se encontra em desenvolvimento como tese de doutoramento, em como a alimentação escolar se relaciona com a cultura alimentar local, pois devemos entender que o PNAE também deve ser um instrumento de valorização cultural, e não se tornar refém de um sistema que prioriza o valor de troca (alimento para exportação) sobre o valor de uso (alimentos saudáveis e culturalmente significativos).

Nesse contexto, o PNAE emerge como um campo de disputa: enquanto o agronegócio prioriza a exportação e a padronização, o programa tem o potencial de resistir a essa dinâmica, garantindo que a alimentação escolar valorize alimentos regionais, agricultura familiar e práticas culturais. Essa tensão se agrava diante da crise metabólica gerada pelo modelo intensivo de produção, que degrada ecossistemas, contamina solos e reduz a biodiversidade, limitando o acesso a alimentos saudáveis e adequados culturalmente. A consequência direta é a deterioração da qualidade da alimentação escolar, reforçando um ciclo vicioso de dependência de sistemas alimentares globalizados.

A homogeneização imposta por esse Regime Alimentar Corporativo, centrada em *commodities* e na maximização de lucros, não apenas fragiliza circuitos curtos de produção e consumo, essenciais para atender demandas locais, mas também ameaça tradições alimentares vinculadas a territórios e comunidades.

REFLEXÕES TEÓRICAS A PARTIR DA GEOGRAFIA DOS ALIMENTOS

Para Scarim (2021) os estudos sobre o alimento e a alimentação na Geografia são decorres da noção de meio, que tem seu início em um “pensamento químico”. Este pensamento foi moldado por pensadores como Antoine-Laurent de Lavoisier, que, em seu *Traité Élémentaire de Chimie* (1789), estabeleceu as bases da química moderna ao explorar a



"intimidade das matérias" e a química das afinidades. A partir do século XVIII, a química começou a ser vista como uma chave para entender as interações entre os organismos e seu ambiente, levando a uma nova forma de pensar sobre a vida e a natureza (Scarim, 2021).

Scarim (2021) destaca Johann Wolfgang von Goethe (1749 – 1832), por contribuir significativamente para essa discussão ao escrever sobre a metamorfose das plantas, buscando entender as relações entre as forças internas dos organismos e as forças externas do meio. A interação entre Goethe e Alexander Humboldt (1769 – 1859) levou Humboldt a ampliação das ideias de Goethe sobre anatomia comparada, e as aplicou ao estudo da vegetação, integrando aspectos químicos e biológicos em suas análises geográfica.

Posterior a estes, Elisée Reclus (1830-1905) aprofunda a interdependência entre humanidade e natureza. O autor destaca que a agricultura, embora inicialmente empírica, evolui gradualmente em direção a uma "indústria científica", impulsionada pelo avanço do conhecimento em áreas como química e meteorologia (Scarim, 2021). Além disso, ressalta a importância do manejo adequado dos recursos hídricos para sustentar a produção agrícola e garantir o fornecimento alimentar (Reclus, 1985). A visão sobre alimentação para Reclus integra aspectos de justiça social, ecologia e progresso técnico.

Friedrich Ratzel (1844-1904) também foca seus estudos no conhecimento geográfico do homem a partir de um ponto de vista biológico, decorrente de um “pensamento químico” (Scarim, 2021). Ratzel via a relação entre a sociedade e o território como demarcada por necessidades vitais dos seres humanos, a exemplo: habitar e alimentar (Moraes, 1990). Em "O Espaço da Vida: Um Estudo Biogeográfico" (2019), destacou a importância da alimentação ao correlacioná-la com a disputa por espaço. Para este, o espaço era limitado, e as diversas espécies disputavam constantemente espaços de moradia (Wohnraum) e alimentação (Ernährungsraum), impulsionadas pela expansão populacional. Ratzel fez um esforço teórico para enfatizar a luta permanente por espaço, trazendo a alimentação como um dos fundamentos para se pensar o espaço de vida das espécies (Ratzel, 2019, 2020).

Seguindo, Vidal de La Blache (1845-1918) desenvolveu o conceito de gênero de vida, onde esse conceito auxilia a entender como os grupos sociais se adaptam ao ambiente ao longo do tempo, utilizando diversas técnicas, incluindo aquelas relacionadas à alimentação (Scarim, 2021). No pensamento vidaliano, a alimentação ocupa um lugar importante, pois a agricultura, como técnica ao longo do tempo, fez com que o homem selecionasse espécies de maior produtividade, resistência a pragas e maior dispersão no campo. Ruy Moreira, ao analisar a obra de Vidal de La Blache, “Princípios da Geografia Humana”, sugere que o conceito de gênero de



vida expõe que o regime alimentar é um dos aspectos essenciais das civilizações, sendo mais relevante no território que a habitação, o vestuário e o armamento (Moreira, 2015).

Já Max Sorre (1880-1962) é identificado por Scarim (2021) como o último representante de um “pensamento geográfico” que se desenvolve inicialmente a partir do “pensamento químico”, como destacado:

[...] o “pensamento geográfico” moderno nasce na intersecção das reflexões filosóficas, físicas, químicas e biológicas, e que buscou responder empiricamente os limites sobre a questão das relações meio-corpo estudados em laboratório, indo diretamente à natureza (Scarim, p.57, 2021)

Max Sorre trouxe contribuições para a compreensão da Geografia da Alimentação. Segundo Carvalho (2007), foi Sorre quem percebeu a Geografia da Alimentação como um capítulo inaugural da Geografia Humana. Em seus trabalhos, Max Sorre focou na perspectiva da geografia ecológica, vinculada à ideia de gêneros de vida como habitat e ecúmeno. Propôs uma geografia de fluxos, caracterizada por um processo biogeográfico com a vida no centro, concebendo os fenômenos dentro de uma perspectiva complexa e admitindo a existência de complexos culturais, do homem, técnicos e alimentares (Moreira, 2003). Para Sorre (1984), o todo era composto por uma rede de complexos, onde os fenômenos estavam permanentemente em dinâmica de fluxos, assim como os organismos patogênicos.

Focando no Brasil, Josué de Castro (1908-1973), influenciado pela Escola Francesa de Geografia, utilizou a Geografia para compreender a fome no Brasil e no mundo. Castro foi um dos grandes responsáveis pela abordagem mundial sobre a temática da fome. Utilizou o conhecimento geográfico para compreender a fome, demonstrando como a insuficiência de minerais no solo e nas plantas, transmitida para os animais e humanos, podia levar à carência de vitaminas e proteínas se não corrigida pelo sistema agropastoril (Moreira, 2013). Segundo Ruy Moreira (2013), a teoria biominerassocial de Castro destaca que a questão agrária é determinante para corrigir essas deficiências, tendo a propriedade fundiária no centro dessa questão.

Outros geógrafos franceses e vinculados a Universidade de Sorbonne contribuem para os estudos do campo da alimentação na Geografia, como Paul Claval (2007), em seu livro ‘A Geografia Cultural’, e especificamente no capítulo dez, em que aborda a relação entre homem e meio através da mediação alimentar intercedida pela tecnologia na relação dos grupos humanos com o ambiente, influenciando a formação das paisagens e a organização do espaço. E Gilles Fumey, que se autointitula geógrafo de alimentos, segue a linha culturalista, destacando os determinantes socioculturais das práticas alimentares. Professor de Geografia Cultural da



Sorbonne, Fumey criou um mestrado dedicado às culturas alimentares do mundo e publicou obras como "Geopolítica da Alimentação" e "História da Alimentação". Atualmente, lidera o Grupo de Estudos Josué de Castro na França, focando sua abordagem culturalista nos determinantes socioculturais das práticas alimentares (Williot; Fumey, 2023).

Nos Estados Unidos da América, Pascale Joassart-Marcelli, docente vinculada a Universidade Estadual de San Diego, estuda as conexões sociais, políticas e ecológicas da alimentação, utilizando a Teoria-Ator-Rede para analisar o trajeto dos alimentos e suas redes de conexões. Destaca também que a alimentação transcende sua função básica de nutrição, desdobrando-se como um sistema complexo de escolhas que refletem relações profundas com o mundo ao nosso redor. Para além, Joassart-Marcelli, entende a alimentação como narrativa que revela não apenas o que somos, mas também nossas aspirações e identidades desejadas (Joassart-Marcelli, 2022).

Retornando a Geografia produzida no Brasil, deve-se destacar o periódico Geograficidade, fundado em 2008 e coordenado pelo Prof. Werther Holzer (UFF) e pela Prof^a. Livia de Oliveira (UNESP – Rio Claro), que explora a geografia humanista cultural. Inicialmente estruturado a partir da linha de pesquisa Epistemologia e Metodologia da Geografia Humanista Cultural, grupo que investiga autores, temas, periódicos, eventos e conceitos no Brasil e em outros países (GHUM, 2022). Mesmo com temáticas gerais a Geografia Cultural, estudos sobre o sabor, saberes e fazeres, e cultura alimentar aparecem nas publicações do periódico.

Em análise ao Grupo de Trabalho de Geografia dos Alimentos nos Encontros Nacionais de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia de 2019, 2021 e 2023, Sonia de Souza Mendonça Menezes aparece como a pesquisadora mais citada nos artigos (Ferreira; Chelotti; Alves, 2024). Menezes coordena pesquisas sobre produção, circulação e consumo de alimentos. Seus estudos abrangem temas como Sistemas Agroalimentares Localizados (SIAL), Soberania Alimentar, Agroecologia, Geografia Cultural e Ensino da Geografia. Menezes também destaca a importância dos alimentos como suportes privilegiados de análise na interface entre espaço geográfico e memória social. Ressalta que os alimentos identitários, ancorados nas raízes culturais, são vitais para a geração de empregos e renda, sustentando a vida nos espaços rurais e urbanos. Além de entender que aos serem consumidos, os alimentos transformam-se em territorialidade, marcando geograficamente as experiências vivenciadas pelas pessoas (Menezes; Mendes, 2019).

Estes pensadores da Geografia, exploraram as relações entre os seres humanos, o meio e a alimentação, abordando desde a influência do pensamento químico, ecologia até as



implicações culturais da alimentação. É importante entendermos que essas diferentes abordagens investigativas da alimentação na Geografia não estão desvinculadas a história das correntes científicas, que passou por períodos do positivismo, neopositivismo, marxismo, fenomenologia. Esses autores nos mostram que dentro da própria Geografia existe uma base acumulada de conhecimento sobre alimentação que possibilite os estudos da temática, ancorados na base geográfica. Base essa diversa, que podem vir desde a química e física, até sistemas ecológicos, culturais e sociais.

Essa trajetória nos leva a vislumbrar as diversas possibilidades de fundamentação teórica que pode contribuir com a compreensão da produção e consumo de alimentos em Mato Grosso. E sobre o consumo, mais especificamente sobre a Alimentação Escolar, ancorada nas diretrizes da Lei 11.947/2009, a base teórica pode fundamentar e auxiliar na compreensão do desequilíbrio que se impõe pela lógica do agronegócio e que leva a dificuldades dessa política pública para se alinhar a cultura alimentar local.

A seguir, tem-se na Figura 1 a Linha Temporal da fundamentação teórica apresentada para o desenvolvimento da pesquisa de doutoramento. É importante ressaltar que essa linha temporal, não deve ser entendida como definitiva, mas como uma síntese dinâmica, fruto das escolhas teóricas e dos recortes que realizamos ao longo do processo investigativo da pesquisa.



Figura 1 - Linha Temporal do Referencial Teórico da Tese em desenvolvimento





Dessa forma, assim como o conhecimento científico está em constante transformação, esta representação na Figura 1, está intrinsecamente vinculada à trajetória intelectual dos autores e às limitações contextuais do estudo, podendo ser revisitada e ressignificada à medida que novas perspectivas e diálogos emergirem. Reconhecemos, portanto, seu caráter situado e aberto, que convida não à fixidez, mas à reflexão crítica sobre os caminhos que conduziram a esta construção.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise evidencia que o avanço do agronegócio em Mato Grosso, gera uma contradição estrutural com os objetivos do PNAE. Enquanto o programa busca fortalecer a segurança alimentar e nutricional por meio do incentivo à Agricultura Familiar e da valorização da cultura alimentar local, o modelo agroexportador hegemônico tende a desestruturar regimes alimentares tradicionais, homogeneizar a produção e fragilizar circuitos curtos de abastecimento. A excessiva dependência de *commodities* para exportação limita a disponibilidade de alimentos diversificados e culturalmente significativos para a alimentação escolar, aprofundando as desigualdades alimentares.

Do ponto de vista teórico, o estudo reforça a relevância da Geografia dos Alimentos para compreender essas dinâmicas, integrando abordagens ecológicas, culturais e políticas. A persistência de municípios que não atingem a cota mínima de compras da Agricultura Familiar indica a materialização espacial de um conflito entre diferentes lógicas produtivas: uma orientada para o valor de troca e outra para o valor de uso dos alimentos.

Portanto, para que o PNAE cumpra seu papel como instrumento de Soberania Alimentar e valorização cultural, é necessário superar os entraves impostos pela predominância do agronegócio. Isso exige não apenas a aplicação efetiva da legislação, mas também a construção de alternativas que reconheçam a Alimentação Escolar como parte estratégica na promoção de sistemas alimentares mais justos, saudáveis e territorialmente sustentáveis.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Agricultura e Pecuária**. Valor da Produção Agropecuária fecha 2022 em R\$ 1,189 trilhão. Disponível em: < <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/valor-da-producao-agropecuaria-fecha-2022-em-r-1-189-trilhao>> Acesso em: 18 maio 2024.



BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação: Programa Nacional de Alimentação Escolar**. [Brasília]: Ministério da Educação, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae/historico>. Acesso em: 18 out. 2024.

CARVALHO, A. A. T. **O pão nosso de cada dia nos dai hoje...** Josué de Castro e a inclusão da fome nos estudos geográficos no Brasil. 2007. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: . Acesso em: 17 fev. 2023.

CASTRO, J. **Geografia da fome**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

CLAVAL, P. A. **A Geografia Cultural**. 3. Ed. Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2007.

CONTRERAS, J; GRACIA, M. **Alimentação, sociedade e cultura**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2011 . 496 p.

DEMARCHI, R, A. **PRODUÇÃO DO ESPAÇO AGRÍCOLA DE RONDONÓPOLIS/MT: DE HORIZONTES MARRONS A DESERTOS VERDES**. 2010. 113 f. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal de Rondonópolis, Mato Grosso, 2020.

GHUM. Grupos de Pesquisa Geografia Humanista Cultural: **Quem somos**. Disponível em: <https://geografiahumanista.wordpress.com/about/>. Acesso em: 13 de jul. 2024.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, SP: Atlas, 6ª Ed. 2008.

IBGE. **Censo Demográfico, 2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>>. Acesso em: 12 dez. 2023.

JOASSART-MARCELLI, P. **Food Geographies: Social, political, and ecological connections**. Rowman & Littlefield, 2022.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa**. 7 ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

MATO GROSSO. **Danças, artes, comidas e costumes dão identidade a Mato Grosso**. Secretaria de Estado de Previdência, 2018. Disponível em: <https://www.mtprev.mt.gov.br/-/10074283-dancas-artes-comidas-e-costumes-dao-identidade-a-mato-grosso>. Acesso em: 22 jun. 2025

MENEZES, S. de S. M.; MENDES, G. F. O espaço geográfico para além de Suas materialidades: memória, tradição e o saber fazer dos Alimentos. **Geopauta**, [S. l.], v. 3, n. 3, p. 37-52, 2019. DOI: 10.22481/rg.v3i3.5827. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/geo/article/view/5827>. Acesso em: 6 nov. 2023.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro, vol.1: as clássicas originárias**. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2015.



MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro, vol.3: as matrizes brasileiras**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2020.

MOREIRA, R. **O pensamento geográfico brasileiro, vol.3: as matrizes brasileiras**. 1.ed. São Paulo: Contexto, 2013.

PNAE. **Lei nº 11.947/2009, de 16 de junho de 2009**. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica; altera as Leis nos 10.880, de 9 de junho de 2004, 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, 11.507, de 20 de julho de 2007; revoga dispositivos da Medida Provisória no 2.178-36, de 24 de agosto de 2001, e a Lei no 8.913, de 12 de julho de 1994; e dá outras providências. Brasília: Casa Civil, 2009.

RATZEL, F. **Geografia do Homem (Antropogeografia)**. In: Moaes, A. C. Ratzel. São Paulo: Ática, 1990.

RATZEL, F. Lebesraum. **GEOgraphia**, Niterói, ed. 47, p. 147-166, 22 fev. 2020. DOI <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2019.v21i47.a40770>. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/geographia/article/view/40770/23465>. Acesso em: 29 mai. 2024.

RATZEL, F. O espaço da vida: um estudo biogeográfico. **Geographia**, v. 21, n.45, p. 107-116, 2019.

RECLUS. E. A Natureza da Geografia In: MEGALE, J. F. (org.), **Élisée Reclus**. 1. Ed. São Paulo: Editora Ática p. 38-108, 1985.

SCARIM, P. C. Anatomia Comparada e o pensamento geográfico moderno. In: PAULO CESAR SCARIM; BARBARA BOTTER, ANA LETICIA ESPOLADOR LEITÃO; RAFAELA FARDIN BRITO. (Org.). **Comida e saúde em diálogo: o “lugar da alimentação desde o pensamento antigo até os dias de hoje**. 1. Ed. Vitória: COUSA, p. 43-57, 2021.

SORRE. M. **A adaptação ao meio climático e biossocial** – geografia psicológica. In: MEGALE, J. F. (org.), Max Sorre. 1. Ed. São Paulo: Editora Ática p. 30-86, 1984.

WILLIOT, J.P.; FUMEY, G. **História da Alimentação**. 1. Ed. Petrópolis: Vozes, 2023.